

DIALÉCTICA TOTALISTA

A vida não se afirma em singularidades independentes; manifesta-se singularmente no indivíduo por intermédio duma dependência total, recíproca e solidária com todos os outros e com tudo. Doutro modo: não há nenhuma realidade que corresponda na ordem humana dos valores ao conceito de indivíduo: a realidade existencial que lhe é correspondente não pode pertencer ao plano do concreto humano. Idea com fundamento na especulação matemática, transposta como conceito na especulação biosociológica, é muito possível que a transposição fôsse motivada pela oportunidade de oposição ao gregarismo de determinada época e que, como tal, não seja provável o seu valor metafísico. Uma análise à possibilidade e ao seu valor como realidade desta espécie seria talvez importante e tão justificável como a sua origem, se foi, como tentaremos demonstrar no capítulo próximo, originada pela razão de oportunidade e interesse de ordem social e prática. Este estado de dúvida afigura-se-nos justificável e, admitindo-o, pretenderemos apenas marcar o equívoco corrente em quasi toda a especulação filosófica na medida em que esta pretende interpretar com métodos inadequados aquilo que é dum grau de realidade diferente e superior. A explicabilidade não está na ordem directa da racionalidade, ou o grau crescente de racionalização da realidade não implica a sua total compreensão. Isto é, não podemos admitir para a sua compreensão total aquilo que é apenas método útil e eficiente numa parcela menos importante e cuja realidade estrutural é feita de convenções e limitações.

Um exemplo: mecanismos e organismos são os dois aspectos fundamentais da realidade. Pressupõem na sua mútua coexistência uma realidade de ordem mais elevada a que poderemos chamar vital. Estas três realidades não têm o mesmo grau de existência, isto é, a «exigência idealista» que lhes garante a realidade não pertence ao mesmo plano nem é manifestação de ontologismo lógico, mas de ontologismo escatológico ou, no dizer dum filósofo alemão, de «categorias essenciais» ou «regiões de ser» entendendo-se o conceito de categoria como a estrutura do próprio ser e não, segundo Kant, como esquematismo do juízo e limitação do conhecimento. E', portanto, a afirmação, como faz Husserl, de «ontologias regionais» cuja existência não pode ser esgotada pelo idealismo lógico de Hegel, mas pela admissão duma nova lei alógica e funcional, orgânica e global. Sendo a imanência de tudo em tudo a lei do espírito, a realidade não poderá ser compreendida pelo pensamento dos elementos que a constituem. Um composto químico não é a soma dos seus elementos. E' mais alguma coisa que a inteligência científica ignora e afirma dever ignorar. Porém é este «mais alguma coisa» que lhe garante a existência como composto. Se, pelo método fenomenológico da redução eidética, pretendessemos atingir as essências dos objectos individuais chegaríamos não a realidades exactas, definidas, elementares, como a própria noção de indivíduo exige, mas a realidades morfológicas; e todo o mal do pensamento filosófico que desconhece isto radica na identificação do morfológico com o geométrico, ou na transposição dos organismos em mecanismos, interpretando aqueles como pertencentes à mesma espécie destes, e aplicando a lógica dos mecanismos na explicação do não mecânico.

Assim mecanismos e organismos são as realidades diferenciais coexistentes no nosso plano de ser; afirmam-se por mutualidade existencial e não por oposição, e a sua dependência, variando com a sua diferenciação, exprime no real a lei imanentista e totalista do espírito. Demais esta mutualidade admite como característica de todos os fenómenos vitais a «intencionalidade» e procura uma síntese convergente, subordinante de todos os mecanismos, criadora simultaneamente duma escatologia ontológica que, na linguagem de Husserl, corresponde a uma descrição noético-noemática. Esta intencionalidade, que Brentano evidenciou, é suficiente

para desmentir a possibilidade da lógica dos mecanismos interpretar a irrationalidade do orgânico como manifestação do vital. Cada um destes, como os intelegíveis de Plotino, exprime o conjunto total do mundo de que eles parecem partes. Foi esta ilusão que Aristóteles elevou a categoria de verdade e que toda a lógica posterior admitiu, esquecendo a virtude totalizante da realidade espiritual.

Libertar a filosofia da lógica dos mecanismos, como agora com Colin, Driesch e Cuénot, a biologia se está dela libertando, é tarefa ainda que não fácil pelo menos possível. Começaremos pela interpretação da realidade definida pelo conceito de indivíduo, analisando o seu conteúdo de valor político e o seu grau de realidade metafísica. Por isso teremos de desenvolver certos aspectos da filosofia biológica e assim relacioná-los com os aspectos da filosofia actual já expostos no ensaio anterior.

O homem tem como características fundamentais da sua existência no plano biológico, humano e social a correlação dos seus órgãos; a solidariedade na formulação ética de fins e selecção de meios; e a cooperação na conservação e realização desses fins. Correlação no biológico, solidariedade no humano e cooperação no social. A correlação no biológico e a cooperação no social são características que se encontram — a primeira em todos os seres vivos, a segunda principalmente nos artrópodos. Todavia a cooperação nos artrópodos distingue-se da cooperação humana porque esta pretende realizar fins formulados explicitamente em função duma solidariedade que seja a melhor garantia da vida e da consciência de cada um; nos artrópodos há a consecução dum fim organicamente implícito, imutável, sem o menor respeito pela vida de cada um e em função dos interesses de vida comunitária.

A explicitação de fins ideais determinantes da acção é a própria consciência afirmando-se pela primeira vez na ordem animal. E' a criação dum novo plano de realidade em relação mutual com a essência primeira e única de todos os outros grupos zoológicos. Entre estes dois planos, que se afirmam por coexistência ou mutualidade e não por oposição exclusivista, que existem *um e outro* e se determinam por conjunção copulativa e não *um ou outro* por separação disjuntiva, insere-se a possibilidade de indeterminismo na acção consciente, distintiva do pensamento reflexivo.

Toda a consciência afirma, pois, uma convergência de direcionismos, procurando o acôrdo das outras consciências como dever primeiro. Este direcionismo ou esta imanência de finalidade é a mais alta expressão da consciência vital. E' a consciência da solidariedade ou a afirmação do espírito, marca distintiva do humano.

Consciência de solidariedade proveniente da livre explicitação de fins de vida, capazes de melhor garantir a afirmação da personalidade. Portanto, também consciência de liberdade. Porém esta liberdade, cuja aparição denuncia um estranho passo na escalada da vida e a conquista do mais elevado e mais seguro pincaro na ordem animal, para onde toda a Vida tenderá num esforço que é a sua própria essência, é uma realidade imanente e não, como se costuma entender, um acréscimo concedido deferentemente pelo exterior ou por qualquer realidade cuja ordem existencial seja detentora dum maior ou menor grau de transcendência. E' a liberdade e a solidariedade, mutuais na sua afirmação e compostíveis na sua existência, que definem o espírito. E' o mesmo que dizer que o espírito se afirma pela primeira vez na escala biológica pela consciência de liberdade e afirmação de solidariedade. Assim, todo o esforço de espiritualização do homem sempre foi esforço de libertação e busca dum novo grau de solidariedade. Todas as formas de amor desde a participação afectiva, reprodução, identificação até à fusão — na análise de Scheler — podiam ser interpretadas como adequação solidária de tipos com realidade imanente

a que o exterior fornece, em grau maior ou menor, similitudes com a projecção imaginifica daquele que ama. E consequentemente uma nova interpretação dos estados evolutivos do amor na sua aproximação ou seu afastamento da adequação solidária que o amor começa por afirmar. (Kierkegaard tentou a sua análise experimental com toda a deshumanidade que uma atitude científica requiere e Amiel é o melhor exemplo duma projecção afectiva polimórfica, sem possibilidade de síntese e adequação ao real).

Compreende-se, portanto, a incorrecção que existe em toda a afirmação de liberdade como exterior à realidade da qual se afirma. Liberdade de pensamento, por exemplo, é uma expressão vaga, sem sentido, pela razão simples que pensamento é afirmação de liberdade e nunca de qualquer coisa a que a liberdade é exterior e apenas veículo de formulação. A bem dizer, a liberdade entendida ontologicamente e com realidade exterior ao homem não existe. E não existe mesmo como realidade estática interior ao próprio homem pois que, se assim fôsse, deixaria de ser o que é. A liberdade substantiva não pode ter realidade nem abstracta nem concreta, está fora das classificações aristotélicas.

A liberdade não é substancial, é dinamismo e esforço, acção total ou espírito. Neste sentido, podemos dizer que afirmar a existência substantiva da liberdade é negar a essência daquilo que se pretende afirmar. Se a liberdade é acção e se o acto em que ela se exprime é um acto total porque espiritual, se é uma conquista mais do que uma aquisição definitiva, se é o próprio espírito deve, pois, ser entendida mais como libertação do que como liberdade, isto é, mais como acto dinâmico do que como realidade estática. O mesmo se poderia dizer de todas as formas de afectividade.

Esta libertação e a consequente formulação de fins são marca do humano e justificação do político.

Mas se é a solidariedade a nova ordem em que o humano se afirma, como explicar a existência do individuo isto é, do ser isolado e independente? Não é isto contraditório? A noção de individuo não exprime por si a categoria de humano. Diz-se até muitas vezes que uma manada, um rebanho e uma alcateia são compostos de tantos individuos, querendo com isto significar apenas uma realidade quantitativa a que o substantivo colectivo correspondente forneceria o qualitativo de espécie.

Na ordem humana há mais qualquer coisa que a distingue, além da individualidade. O conceito de individuo é resultante dum esforço de matematização da vida psicológica e social tentada por certos filósofos cientistas. É resultante da aplicação da lógica dos mecanismos e implica uma noção de igualdade absolutamente contraditória com os valores humanos. Não há igualdade essencial entre os homens nem o pensamento filosófico do democratismo a põe como ideal. A igualdade de direitos a que os seus teóricos se referem nada tem que ver com a igualdade humana com que os seus contraditores a confundem. Poderemos até dizer que a democracia não é o regime da igualdade, mas sim da diversidade, e no qual todos os homens têm *igualmente* a liberdade de serem desiguais. As noções de igualdade e de desigualdade são demasiado confusas e prestam-se a equívocos quando as deslocamos da aplicação das realidades a que cientificamente correspondem: os mecanismos. São noções matemáticas de alto valor na ciência do inerte, na geometria, mas de péssimo e perigoso emprêgo na aplicação aos domínios do concreto humano. Aliás precisamos duma depuração na nomenclatura política, eivada de termos de origem duvidosa e quasi sempre reveladores de incompreensão e desrespeito pelo diverso e dinâmico das personalidades. Todos os regimes de força e ademocráticos modernos tem uma justificação jurídica e política resultante da identificação do humano com a matéria, do vital com o inerte, do mecânico com o orgânico. É importante revelar o equívoco da distinção e o perigo da inversão. Não precisamos matematizar a política. Foi sonho que já passou. Precisamos de a vitalizar, de lhe garantir a alta missão espiritual e cultural

de que se afastou por culpa dum cientismo que tudo pretendia absorver e tudo deturpou, mas que também agora, passada a mística cientista, nos permite uma melhor situação das diferentes actividades humanas e uma ordenação escatológica com mais elementos de certeza. É da religião que temos de aproximar a política e não da ciência. É do humano e não da matéria, e nunca subordinar aquele a processos de vida analógicos com a segunda. É a afirmação do primado do organismo sobre o mecanismo.

A mística da ciência passou e os ensaios duma organização científica da sociedade, duma estrutura física vital deram o que podiam dar — a demonstração da sua impossibilidade. E é fácil atingirmos a causa dessa impossibilidade se nos lembrarmos que qualquer sistematização social dos homens apenas considera nêles o que nêles não é distintivo e essencial: — a correlação vital e a cooperação animal. O carácter primacial que distingue o humano, como vimos, e se afirma na manifestação de solidariedade e consciência de liberdade não entra em linha de conta na estruturação científica social, pela simples razão que esta requiere uma determinação rigorosa das possibilidades de cada homem; uma mecanização precisa de todos os seus instintos e emoções; e uma igualdade essencial de interesses espirituais. Como se vê, a negação ou a inadmissão do propriamente humano, ou do valor que define o homem — a liberdade, a consciência, o espírito. Uma subordinação do organismo ao mecanismo. Fácil é agora compreendermos a origem científica da noção de individuo, de igualdade social, de concorrência, de luta, etc., que não pertencem ao mais profundo pensamento político. Foi apenas o sonho da criação duma física social, duma química social, etc., que contribuiu para esta admissão de conceitos absolutamente contraditórios com a política no alto sentido metafísico da realidade que esta palavra exprime.

Foi a suposição de que a mais alta actividade espiritual era a ciência, e que todas as outras actividades a ela se deveriam subordinar, que criou no mundo actual o desequilíbrio que o manifesta. Mas um desequilíbrio manifesta também a necessidade dum novo equilíbrio que se mantenha, não excluindo, mas integrando as causas que o determinaram. A ciência é uma alta actividade do espírito humano, mas pressupõe na sua criação precisamente o que, depois de feita, pretende excluir. E hoje compreende-se quanto isto seria prejudicial à própria ciência e ao seu desenvolvimento. A ciência não é superior nem inferior à arte, à religião e à filosofia. Tem com elas relações de coexistência e não de exclusão; o espírito humano manifesta-as como pombas do mesmo pombal, na imagem de Platão, ou como aspectos pluriversos da mesma realidade.

Se o nosso intuito não fôsse outro, poderíamos mostrar como na própria ciência um novo critério de valor fez a sua admissão, como em vez de procurar uma atitude dominadora e exclusivista, os homens de ciência procuram novos métodos em desacôrdo com o espírito que orientou a ciência do século passado e muito de acôrdo com aquilo que o primarismo científico excluiu injustamente. Lembremo-nos que se fala, na física, de principio de indeterminação, contrário ao causalismo e causismo da física de há trinta anos; que ao atomismo criado pela lógica do mecanismo se opõe uma concepção totalista, expressa em Broglie e Dirac; que há na física actual um interesse de renovação do hilezoísmo, mormente nos físicos ingleses; que ao dogmatismo científico se substituiu um critério de incerteza, como Bertrand Russel, num livro recente, expôs convincentemente; que a biologia moderna é a mais clara expressão dessas novas tendências pela renovação do vitalismo; que a filosofia contemporânea, anti-mecanicista, justifica esta atitude claramente expressa em Heidegger e Scheler, Whitehead e Alexander, Le Roy e Meyerson, Gasset e Leonardo Coimbra.

Feita a crítica à noção de individuo, produto da lógica atomista em desacôrdo com a noção de organismo, realidade totalizante e nunca parcelar; à noção de igualdade do mesmo modo derivada da comparação de mecanismos e sem

(CONTINUA NA PÁGINA 12)

as três actividades artísticas dinâmicas — poesia, música e dança, primitivamente também inseparáveis, e independentizando-se sucessivamente, sem, contudo, perderem jámais os vestígios da sua origem comum.

A própria música em si, como organismo artístico independente, seria o resultado complexo de um processo histórico, que, partindo do som puro e dos seus efeitos mágicos, se teria enriquecido progressivamente, primeiro por meio de meras modificações vocais e acústicas, depois pelas contribuições da poesia e da dança, pela imitação e, no decorrer dos tempos, com os factores técnicos, harmónicos e instrumen-

tais (a meu ver os mais importantes e decisivos para a constituição da música em Arte) e pela infiltração de elementos expressivos e intelectuais.

Disse-lhes alguma coisa que lhes interessasse? Creio que não.

Perdão. A culpa não é minha: é do José Régio, que teima em que eu fale sobre Música na *Presença*, e que se há-de arrepender da sua teimosia quando os leitores desta Revista, acostumados a melhores acepipes, se lhe queixarem: Mas que grande maçador é este

FERNANDO LOPES GRAÇA

D I A L É C T I C A T O T A L I S T A

adaptação às realidades morfológicas que apenas admitem como critério comparativo a semelhança; admitida a solidariedade como manifestação de humanidade e a liberdade como manifestação de consciência e ambas como realidades mutuais e dependentes, cabe-nos, para terminar, analisar o conceito de personalidade e o seu acôrdo com a realidade social que a determina e que, por sua vez, por ela é modelada.

Indivíduo e sociedade são irreduzíveis e contraditórios. Proclama-o a crítica anti-democrática, tirando daí as consequências que pretender: o anarquismo, se acentua como primacial o indivíduo ou o comunismo se essa acentuação recai sobre a sociedade. Mas nós vimos já como a noção de indivíduo tem pouco que ver com o pensamento democratista: é um conceito numérico, e a realidade que pretende exprimir — o homem — é qualitativa, dinâmica, viva e concreta. De maneira que a oposição não nos interessa porque sabemos qual a origem e o significado da noção. Aliás uma oposição de conceitos lógicos não é por si demonstrativa da oposição das realidades que pretende exprimir. E' isto muitas vezes esquecido. Neste caso o homem e a sociedade não se opõem. Opõem-se apenas os conceitos indivíduo e sociedade. Como já deixámos dito, a humanidade é sempre manifestação de solidariedade e podemos agora dizer que a realidade homem só existe em função dessa solidariedade. A noção de homem isolado, independente, é contraditória com a realidade e com o pensamento democratista. O pensamento de Rousseau é claro a este respeito. Há nêle pensamento ontológico expressivo e basilar, quasi sempre posto de parte por uma argúcia lógica, sofista e escolástica, incompatível com a profundidade de pensamento e seriedade crítica. Rousseau é um dos mais extraordinários pensadores, se o resolvermos ler esquecendo completamente as inépcias que sobre êle tem dito e escrito aqueles que apenas dêle conhecem divulgações ou o Contrato Social. Poucos homens têm sido tão atacados pelo que não foram como Rousseau.

Ora há, portanto, como já vimos, uma lógica verbal, vocabular, que interpreta os conjuntos como soma de parcelas, transpondo assim em geometria tôdas as realidades vitais; há outra lógica global, concreta, orgânica, capaz da compreensão do real e que considera as parcelas como totalidades em si e cada uma destas outra coisa do que uma soma algébrica ou aritmética. A primeira, a lógica aristotélica ou atomista ou mecanista, dirá que indivíduo e

sociedade são contraditórios e que um conjunto de indivíduos é apenas uma soma de indivíduos e nunca uma sociedade. E está certo, é assim mesmo. Mas não é com esta lógica que podemos interpretar tais realidades.

A outra lógica global ou totalista, começa por não admitir parcelas e todo independentes e por compreender que no vital só há totalidades e nunca parcelas, hierarquizadas em extensão e compreensão dirigida e não oposta. Isto é, pessoa e sociedade não se opõem. Pessoa e não indivíduo porque este não toma conta da intencionalidade característica do vital, da solidariedade do humano e da totalidade do espírito. A noção de personalidade exprime em si uma totalidade da mesma ordem que a sociedade. A noção de indivíduo é parcelar e oposta aos valores humanos.

A pessoa humana sendo o nosso ponto de partida preconiza, pois, uma sociedade dirigida no mesmo sentido do personalismo, que a respeite na sua diversidade concreta e seja a expressão mais intensa dos deveres de solidariedade com todos e com tudo. Exige uma garantia da possibilidade de vida religiosa no alto sentido de comunhão e altruismo e uma atrofiação de todos os instintos sociais representativos da luta, da concorrência, quer no plano individual quer no plano nacional. Se a vida é totalidade, correlação, solidariedade e cooperação nada justifica a divisória regional de interesses opostos, mas sim busca dirigida dum mesma finalidade de cooperação: a síntese das múltiplas intencionalidades.

Os adversários do democratismo são os verdadeiros individualistas. Proclamando-se anti-individualistas são eles os mais ousados representantes duma forma extrema de individualismo: o individualismo do Estado. Acusando constantemente os vícios do individualismo não vêem que o nacionalismo é a manifestação em ponto grande de todos os vícios de que acusam os outros. Anti-individualistas, nacionalistas e católicos: três atitudes contraditórias, irreduzíveis, incoerentes. Mas sobretudo individualistas porque o primado do político os obriga a ser nacionalistas, antes de tudo. O anti-individualismo do pensamento democratista é pelo menos coerente em todos os planos: no humano, no social e no religioso. Tenderá para uma cosmopolítica, orientadora das políticas nacionais, isto é, considerará a humanidade como a realidade primeira, como afirmação de convergência de todos os direcionismos imanentes das personalidades que são já em si um grau de humanidade.

(excerto)

DELFIM SANTOS

NOTA DA REDACÇÃO

Do presente ensaio ressaltam conclusões políticas a que muitos dos nossos leitores podem ser desfavoráveis. Não se veja por isso na sua publicação uma afirmação de princípios políticos a que a "presença", sempre foi, é, e será alheia. Não obstante quaisquer insinuações malévolas — "presença", mantém em Portugal a rara atitude de voluntariamente esquecer a política. O ensaio que aqui nos honramos de publicar — interessa-nos, pois, não por ser um ensaio de que se possam concluir estas ou aquelas atitudes políticas (que tôdas nos parecem ideologicamente defensáveis) sim por ser um artigo de ideias próprio a sair em qualquer revista de cultura. "Presença", oferece com igual boa vontade as suas páginas a qualquer ensaio de que ressaltem atitudes políticas diversas — contanto que seja, como o presente, uma superior exposição de ideias, e não uma dessas desprezíveis verrinas politiquêiras que infelizmente acharão muitas outras fôlhas ao seu dispor. Fica dito.